



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**UM ESTUDO DE CASO: INCLUSÃO, PROFESSORES E
SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE
SURDOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE FEIRA DE
SANTANA – BA.**

Kely Cristina Freitas de Souza

FEIRA DE SANTANA, BA, Brasil.

2011

**UM ESTUDO DE CASO: INCLUSÃO, PROFESSORES E
SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE
SURDOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE FEIRA DE
SANTANA – BA.**

por

Kely Cristina Freitas de Souza

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**FEIRA DE SANTANA, BA, Brasil.
2011**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de Especialização.

**UM ESTUDO DE CASO: INCLUSÃO, PROFESSORES E SUAS
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS NAS
ESCOLAS PÚBLICAS DE FEIRA DE SANTANA – BA.**

elaborado por
Kely Cristina Freitas de Souza

como requisito parcial para obtenção do grau de
***Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos***

COMISSÃO EXAMINADORA:

Liliane Giordani
(Presidente/Orientador)

Priscila Turchiello

Claudia Flores Rodrigues

Feira de Santana, BA, Brasil

2011

UM ESTUDO DE CASO: INCLUSÃO, PROFESSORES E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE FEIRA DE SANTANA – BA.

Kely Cristina Freitas de Souza
ORIENTADOR (A): LILIANE GIORDANI
FEIRA DE SANTANA, BA.

RESUMO

Objetivando entender a real situação dos problemas que envolvem o desenvolvimento de práticas pedagógicas pelo professor em relação ao ensino aprendizagem dos alunos e em especial aos alunos surdos o trabalho de pesquisa desenvolvido pretende apresentar um relato sobre a inclusão e dos professores e suas práticas pedagógicas na educação surda nas escolas públicas de Feira de Santana. Para isso, este trabalho mostra os resultados de uma pesquisa qualitativa sobre a prática pedagógica realizada com os educadores, do ensino fundamental e médio que não serão identificados formalmente apenas pelas suas iniciais, da rede pública municipal e estadual em número de quatro escolas envolvidas. Dividido em temas, por se tratar de uma das várias situações complexas da educação brasileira, trabalhando a história, a tecnologia, a percepção dos professores e sua política para a educação surda esta sequencia visa assim para um melhor acompanhamento da tese pretendida. O questionamento constante da complicada construção do processo ensino aprendizagem dos surdos levanta a percepção da aversão à diversidade por ouvintes e não ouvintes. Na descontinuidade entre o ensino da Língua de Sinais (LS) e a escrita alfabética, no processo de regência de classes pelo professor mostra assim as dificuldades encontradas e também a necessidade de um debate constante.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão – Práticas Pedagógicas – Educação.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO:	3
2. BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SURDA: UMA HISTÓRIA E MUITAS VIDAS.....	6
3. TECNOLOGIA E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO SURDA.	9
Novas tecnologias e limitações.	9
4. UM ESTUDO DE CASO: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO SURDA EM FEIRA DE SANTANA.	12
Caracterização	12
A prática pedagógica.....	13
A avaliação.....	15
A educação surda	17
Motivação.....	19
5. A POLÍTICA PÚBLICA E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SUAS TENTATIVAS PARA UM NOVO COMEÇO.	21
Política educacional	21
A Construção do Projeto Político Pedagógico para uma educação inclusiva	24
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	26
REFERÊNCIAS:.....	28

1. APRESENTAÇÃO:

O presente trabalho destina-se a discutir as Práticas Pedagógicas desenvolvidas pelos professores em situação de inclusão nos processos de ensino aprendizagem dos alunos especiais nas escolas públicas. Para tanto, foram analisados os dados através de um estudo de caso com as percepções e impressões obtidas em entrevistas, observações, documentos oficiais e das referências bibliográficas, de Feira de Santana. A partir destes fatos o estudo levanta momentaneamente soluções a questão: **Quais são as Práticas Educativas em educação especial e os problemas encontrados no processo ensino e aprendizagem de alunos surdos pelos professores nas escolas públicas de Feira de Santana – BA?**

Entendemos a real situação dos problemas que envolvem o desenvolvimento de práticas pedagógicas, pelo professor em relação ao ensino e aprendizagem dos alunos surdos. Analisando as causas e as conseqüências das práticas pedagógicas em atender estes alunos aponta as dificuldades ao longo da história no processo do ensino e da aprendizagem. Conhecendo as suas especificidades na sala de aula e às diferenças e indiferenças.

Vivenciamos momentos em que, no desenvolvimento de leis, um novo mundo surge para elas. Na inclusão dessas pessoas nas escolas, podemos observar várias situações problemáticas enfrentadas tanto por professores quanto pelos alunos ditos especiais, dentro de uma sala de aula onde existem pessoas ditas “normais”. O exemplo disto cita-se o fato de muitas vezes na falta de um interprete o planejamento e conseqüente andamento da aula não sai a contento. Percebe-se assim a dificuldade encontrada pelo professor em desenvolver práticas pedagógicas viáveis ao ensino e a aprendizagem e a outra parte neste processo o estudante em compreender os conteúdos dados em muitos municípios inclusive o de Feira de Santana que é o objeto de nossa pesquisa.

Historicamente, a política educacional nacional é baseada em preceitos segregadores. O deficiente era visto como um doente alvo de caridade com dificuldades de relacionamento com as pessoas comuns. Hoje se entende inclusão como garantir o contínuo acesso, a todos, ao espaço comum da vida em sociedade para isto basta lembrá-los o direito de ir e vir citado na Constituição Federal do Brasil entre outros documentos. O município de Feira de Santana, assim como outros, desenvolve atividades, projetos, cursos e equipamentos adequados entre outros nas escolas para o enfrentamento ao que se estabelece na legislação vigente em nosso

país no que tange a educação inclusiva. A inclusão nas escolas públicas trás com ela vários problemas que podem ser observados principalmente em relação ao professor em desenvolver atividades que propicie o desenvolvimento de habilidades e atitudes em relação ao ensino aprendizagem dos alunos especiais incluindo ai a contemplar todos os alunos com suas diferenças e peculiaridades.

Diferenças estas expressas no relacionamento da família com a escola; falta de material necessário; qualificação dos professores e dos envolvidos no processo de inclusão; interação entre os indivíduos na inclusão; falta de profissionais adequados no atendimento aos alunos especiais. Diante das verificações advindas da nossa proposta de pesquisa de campo nas unidades escolares, avaliamos, analisamos e sintetizamos, de forma critica e atuante, meios que levem a compreensão da problemática existente nas entrelinhas do processo da educação inclusiva para que professores e alunos se comuniquem melhor e o teor do que é ensinado e do que é aprendido torne-se claro e transparente. Assim partiremos na realidade dos colégios públicos, da amostra da nossa pesquisa, de Feira de Santana na investigação e determinação dos motivos que geram esse tipo de problema.

O tipo de pesquisa que desenvolvemos aqui, de cunho qualitativo, análise e critica, onde com base na coleta de dados exploramos a leitura preliminar de nossa visão de mundo e concepções teóricas da educação inclusiva com o fichamento e estudo. A coleta de dados tem como meio de investigação o levantamento a cerca das hipóteses e dos recursos disponíveis através de: entrevistas (formais e informais), alunos, membros do corpo administrativo, da comunidade, questionários com professores das unidades escolares selecionadas. Descobrimo as dificuldades encontradas, o seu entendimento de mundo, de homem, de sociedade com base no diálogo¹ entre as pessoas (colegas, professores e outros) como elemento principal para circunstanciar não somente uma única opinião, mas a de muitas para enriquecerem as idéias contidas sobre o tema tratado com as suas vivências.

As práticas educacionais são de suma importância para Alves² que viabilizem uma práxis filosófica de responsabilidade com o educando viabilizando uma troca deste que o examina como do examinado para com a educação.

¹ Pedagogia do Oprimido, 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1987. Cap.3.

² Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio – 4. Ed./ Fátima Alves.- RJ: Walk Editora, 2009. Cap. 7.

Nesta valorização do indivíduo sem especulação das suas reais capacidades dão o direito a reflexão da educação inclusiva sob uma ótica social. A historicidade da educação brasileira vislumbra uma longa trajetória nas representações e práticas da pedagogia diferenciada na pluralidade cultural existente no âmbito escolar (Perrenoud, 2000).

Dentro deste aspecto coloca-se a questão da acessibilidade uma das mais antigas reivindicações deste grupo de pessoas bem como o de equipamentos adequados às tecnologias de informação, comunicação, ergonomia³, desenho universal e psicologia ambiental⁴.

Determinadas funções cognitivas deficientes são consideradas a partir do meio sociocultural em que inserido a isto atrelado a qualidade questionável das funções cognitivas. A internalização vivida das experiências tornam o sujeito modificável derivando daí uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar (Ros, 2002).

³³ Conjunto de conhecimentos sistêmicos.

⁴ Educação especial: diálogo e pluralidade/ Organização de Claudio Roberto Baptista, Katia Regina Moreno Caiado e Denise Meyrelles de Jesus... et alii. – Porto Alegre: Editora Mediação, 2008. Cap 23.

2. BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SURDA: UMA HISTÓRIA E MUITAS VIDAS.

No transcurso da história a perspectiva da representação social dentro da área da história, da filosofia e da sociologia e da pessoa com necessidades especiais é compreendida dentro de concepções de mundo e de sociedade. A teoria das representações sociais apresenta como o sujeito apreende os acontecimentos em uma sociedade e não pode ser concebido um mero reflexo da realidade escolar dentro das características individuais e a compreensão de sua subjetividade é que permite a construção do seu equilíbrio. Estas representações sociais não são idéias fora de um contexto histórico social e cultural e nem mesmo uma representação social própria, mas uma representação social do ser humano onde está inserido. Segundo Durkheim⁵ a sociedade humana se organiza através de dois modelos: A sociedade que se baseava na semelhança e o da sociedade das diferenças.

No mundo antigo considerava-se necessário o extermínio e a eliminação. No primitivo era a intervenção mitológica, o deficiente vinha a falecer quando abandonado. Na idade Média era visto como criatura de “Deus”, projeto da compaixão, tolerância e caridade da sociedade e da predestinação divina.

No Renascimento estudam-se as causas da deficiência eram segregados em asilos e hospícios, aliviando a família e a sociedade de sua presença. No modernismo o conhecimento era empírico a representação social do deficiente era à de um ser em involução não correspondendo à capacidade de sobrevivência e de individualismo produtivo. Para o capitalismo são afastados do convívio social a fim de buscar normalizar sua forma de ser e agir, tornando-os produtivos. Estes dois modelos constituem-se a ser diferente em vista dos objetivos serem diferentes. Uma apregoa a não divisão das classes, e eram semelhantes os indivíduos apenas por estarem juntos, fazendo as mesmas coisas e com objetivos e pensamentos iguais. As normas e tradições são compartilhadas no seio da cultura por meio de representações mentais. Enquanto o outro o trabalho é dividido em especializações, visando os objetivos do capitalismo e do individualismo.

No Brasil não era diferente relatos mostram que as mudanças se dão de maneira pioneira após a proclamação da república, 15 de novembro de 1889, onde profissionais

retornando dos cursos europeus com intensificação no século XX a partir da década de 20 com os chamados educadores sanitários. Na década de 50 com entidades assistencialistas e serviços de educação especial nas secretarias públicas para este fim. Na década de 60 centros de reabilitação são criados e a LDB 4024/61 contém artigos neste direcionamento. Na de 70 aprimoram-se os fins legais voltados para uma educação tecnicista ainda com um objetivo médico-pedagógico. Nos anos 80 com o I seminário Nacional de Reabilitação Profissional, em Bauru/SP, fortalece as ações com relação ao convívio social e destaca-se o princípio reabilitacional. Nos anos 90 com a educação para todos na Conferência da UNESCO, declaração de Salamanca, as políticas de inclusão, a LDBEN 9 394/96 e a Convenção Interamericana acontecida na Guatemala que promove a Total eliminação de discriminação contra os portadores de deficiência coloca o Brasil em novo rumo.

È claro que em se falando em discriminação não convém apenas as leis e direitos garantidos por se tratar de algo sutil e nem sempre tratado nos institutos e órgãos estabelecidos demonstramos aqui que a inclusão não se estabelece apenas pelo fato do domínio da Língua de Sinais (LS) é algo intrínseco às relações no pensar, agir e ver de cada um. Não bastam apenas leis é algo culturalmente construído na história e muitas vezes precisamos desconstruir para construir. A mudança virá a partir das experiências e alterações culturais respeitando a identidade surda e aceita em comum e não de leis impostas e sistematicamente descumpridas. Assim a humanidade vem evoluindo dando progressos e retrocessos as atrocidades cometidas contra os surdos, e demais pessoas diferentes do estabelecido, passaram por altos e baixos, mas sempre irá existir o importante aqui é destacar as suas conquistas.

Nossas interpretações, assim, baseiam-se onde vivemos e é importante considerar qual o conceito que orienta o entendimento de relações sociais? Entendem-se relações sociais como o conjunto de idéias, conhecimento, valores, que tem origem na vida cotidiana e do senso comum. Nesse sentido o conjunto de significados e sentidos, é produto de uma construção de idéias que vão definir a existência de sujeitos.

A visão marxista prima pela concepção de ser humano com direitos igualitários promovidos pela solidariedade humana e vê o deficiente como um viés, é um ser social e a sua constituição tem caráter do movimento intrínseco entre o ser que produz e a sociedade, ao mesmo tempo em que este é produzido por ela.

⁵ Módulos do curso.

A noção de identidade e sua relação com os processos de estigmatização sempre lidou com a manipulação historicamente relatada. A compreensão da prática inclusiva deve partir do conhecimento da forma como a comunidade escolar lida cotidianamente com as pessoas com deficiências. Não é possível dissociar ação e concepção de identidade dos envolvidos do meio em que vive. A identificação e a diferenciação indicam a noção de identidade que nasce das relações e intercâmbio social garantindo a singularidade e evitando nos confundirmos.

Ao final da Idade Média as informações a respeito dos surdos se tornam mais viáveis. Até o século XV não havia interesse em educá-los nem de aceitação em sua diferença. A partir do século seguinte é que se tem notícia na Espanha, França, Inglaterra e Alemanha dos primeiros educadores surdos. Século XVIII mais produtivo com a fundação de várias escolas para surdos. Século XX retrocesso no que se refere a proibição da língua de Sinais no Congresso de Milão de 1880 em benefício do uso exclusivo do oralismo. Na Década de 60 a situação muda com o crescente interesse nas pesquisas da Língua de Sinais (LS)⁶.

No Brasil é criada a Federação Nacional de Educação e Interpretação dos deficientes Auditivos (FENEIDA) em 1977 com diretoria de ouvintes ao final da década a comunicação total passa a ser empregada. Segue-se daí os seguintes eventos:

1981 – Iniciam as pesquisas sistematizadas em LS.

1982 – Estudos das Libras (Língua de Sinais Brasileiro).

1983 – Criação da Comissão de Luta pelos direitos dos Surdos.

1986 – Centro SUVAG primeiro a usar o Bilingüismo.

1987 – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos com direção de surdos.

1991 – Reconhecida a LIBRAS em Minas Gerais.

1994 – Uso na TV educativa da LS.

1995 – Criação do Comitê pró-LIBRAS.

1996 – Abordagem educacional do Bilingüismo.

1998 – Telerj – Central de Atendimento ao Surdo 1402.

1999 – Telesalas legendadas.

2000 – Legenda oculta é disponibilizada.

⁶ A história do Surdo: A Pessoa Diferente e a Humanidade Pré-Cristã.
(www.portaladventista.org/missaoglobal/download)

3. TECNOLOGIA E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO SURDA.

Novas tecnologias e limitações.

Com o advento da Revolução Industrial o mundo começa a se transformar em todos os âmbitos de uma sociedade. Essas transformações concebem uma nova visão nos aspectos político, econômico, cultural e social. Na cultura podemos observar a evolução do cinema e do teatro entre outras; na economia as novas relações entre as nações; na sociedade como exemplo a biotecnologia que fez com que doenças, tidas mortíferas, houvesse cura ou diminuição na incidência e/ou progresso. Mas diante de toda essa evolução podemos perceber que não ocorreu em todos os lugares e tão pouco em alguns seguimentos no que tange a sociedade.

Existem tecnologias no Brasil nas escolas, principalmente públicas, como televisão, computadores, DVD, lousa digital, etc.; que não é utilizada devidamente por diversos motivos um deles consiste na falta de capacitação dos professores, outro motivo é a falta de manutenção desses mesmos aparelhos e assim, por conseguinte vira sucata em virtude da evolução dos mesmos ser rápida demais.

As novas tecnologias infelizmente, ou felizmente, estão sendo hoje ferramentas fundamentais para a relação ensino aprendizagem dos alunos, não só surdos como também dos ouvintes, no entanto estes mesmos artefatos não são distribuídos de forma homogênea nas unidades escolares. Devemos é claro apesar das conseqüências considerarem um suporte que não deve ser desprezado para, ou no, letramento dos surdos e sua relação com o mundo sua identidade.

Transformações na sociedade e tecnologias para a educação de surdos em sua diversidade são necessárias. Então pensar-se em como administrar, do ponto de vista pedagógico e não empresarial, é criar uma logística para a execução e melhoramento qualitativo do que tratamos a exemplo ás questões do letramento e da identidade surda entre outras.

A crescente presença e evolução das chamadas novas tecnologias em circulação por todo mundo vem representando possibilidades de alterações cognitivas, sociais, afetivas e culturais na vida. O convívio escolar que apresenta problemas devido à falta de preparo dos profissionais da educação com esta realidade que depende do domínio de enfoques teóricos,

conceitos e categorias dos diversos campos científicos e as precárias condições de aquisição destas e aplicabilidade. Como podemos ver a acessibilidade se constitui em uma das mais antigas e legítimas reivindicações das pessoas principalmente àquelas com necessidades educacionais especiais e que nos dias atuais em que as chamadas tecnologias de informação estão presentes em quase todos os segmentos da vida cotidiana. O emprego destas demonstra os benefícios e malefícios que trazem a esta com destaque especial aos que devido a diversos fatores tenham certa incapacidade na comunicação adequada ao seu interlocutor.

É certo que com o avanço da tecnologia no mundo, na sociedade ocorrem transformações com os vários instrumentos ou invenções que facilitam a vida ao que se refere ao econômico, nas residências, na saúde, na educação, na “aproximação” das pessoas e o desenvolvimento das atividades de uma sociedade. Para a educação as ferramentas trouxeram um aprimoramento educacional dos surdos de grande importância, pois tem contribuído bastante na relação deste com os ouvintes principalmente como meio de comunicação. Neste sentido as aplicações das novas tecnologias na educação inclusiva são ilimitadas e dependem essencialmente da flexibilidade e da criatividade dos envolvidos sendo consciente do que hoje se chama exclusão digital seja no domínio destas ou na compra de equipamentos tidos muitas vezes como artefatos domésticos.

A conjuntura do sistema político infelizmente não permite que tenhamos informação sobre as soluções já pré-concebidas pelo advento de novas tecnologias acessíveis ao público, talvez pelo seu custo, como o Desenvolvimento dirigido por testes – TDD (Test Driven Development) que para certos setores é gratuito e que é desconhecida a implantação deste sistema. Os aparelhos de telefonia móvel com Serviço de Mensagens Curtas – SMS (Short Message Service) são de grande relevância, pois facilita não só a comunidade de surdos como também a dos ouvintes o aprimoramento do entendimento do surdo em sua comunicação e que podem utilizar os meios de comunicação para com os seus e com o mundo. Esta tecnologia por ser eficaz poderia converter textos em português em libras sendo bastante satisfatória para os surdos e como também a produção de vídeos para fins educacionais.

A inovação consiste em trazer a partir de inúmeras aproximações a dimensão tecnológica, política e cultural da comunidade surda, sua identidade, para só então termos uma noção clara e precisa de como proceder no letramento, inserção na cultura escrita, destes indivíduos. Tais informações reiteram a importância do envolvimento da família com o ensino nas escolas e da libras para assegurar um desenvolvimento integrado por parte da pessoa surda. Podem ocorrer estas através de diferenças entre as duas línguas e que não é para ocultar a

estrutura da língua portuguesa, atribuir sentido conforme o contexto, na codificação e decodificação do material escrito seja a título de exemplo quando ouvintes traduzem um texto em outra língua. O emprego de pressupostos ouvintes não vale as mesmas regras para os não ouvintes. O emprego da LS como sua primeira língua e o português como segunda na comunicação não focalizando excessivamente a estrutura e sim o significado da sentença basta lembrar que em algumas culturas um mesmo verbete tem significados diferentes conforme a situação.

Nesta comunicação na unidade escolar no processo de letramento é crucial a presença de profissional, ou adulto, surdo para esta interlocução. A fluência de profissionais na LS a partir da aquisição das novas tecnologias, como mencionado na aplicação de vídeos sobre o tema, para a sala de aula só enriquece o trabalho e evita interpretações erradas de ambas as partes. Equívocos a parte o interessante é lembrar a experiência com interpretes que se mostram resistentes ao convívio de surdos e ouvintes sem antes ter uma “pré-alfabetização”. Avaliar o desenvolvimento da comunicação bilíngüe em Libras (Língua de Sinais Brasileira) ou no português escrito ou falado nas diversas “leituras” é o novo desafio pedagógico, no emprego das chamadas novas tecnologias e que sem uma equipe preparada adequadamente na aplicação destas nada disso será feito com a devida qualidade.

4. UM ESTUDO DE CASO: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO SURDA EM FEIRA DE SANTANA.

Caracterização

Feira de Santana localizada em um grande entroncamento rodoviário com as BR 101, 116, 324, Estrada do Feijão entre outras. Distante a 107 km da capital do Estado, Salvador, e suas coordenadas geográficas são 12°16'00 Sul e 38°58'00 Oeste, a uma altitude de 234m. Nossa área territorial é de 1.362,880 km² (IBGE), mas a Prefeitura divulga apenas 1.344,000 km². Clima tropical subúmido, com precipitação de 850. mm/ano. Vem em busca da formação continuada de profissionais da educação em resposta ao continuo crescimento da demanda e importância da valorização da qualidade deste profissional em respeito principalmente às necessidades especiais de seus educando-os que apresentam no processo de ensino aprendizagem, em um contexto inclusivo, exigindo uma articulação mediada pela ética nas dimensões política e técnica da competência profissional que se pretende implantar na tríade escola, estudante e professor.

O município de Feira de Santana, assim como outros, busca desenvolver atividades, projetos, cursos, equipamento adequado nas escolas entre outros no enfrentamento ao que estabelece a legislação vigente em nosso país no que tange a educação inclusiva, mesmo de forma precária, mas persistente. Na Secretaria de Educação do Município de Feira de Santana, existe a Divisão de Educação Especial onde assume como ponto para implantação de suas ações o documento intitulado: Diretrizes Nacionais para a educação Especial na Educação Básica. / Secretaria de Educação Especial - MEC; SEESP, 2001. 79 p. Na análise deste documento e das políticas públicas adotadas em nosso município, constitui assim um relatório do "PARECER CNE/CEB N°. 17/2001".

Na área da educação no município subsistem projetos voltados para a educação especial do Governo do Estado da Bahia e da Prefeitura Municipal de Feira de Santana. Nota-se a presença da sala de recursos, nas escolas municipais, proveniente de proventos advindos do MEC dentro das escolas. Está prevista cinco unidades, mas apenas uma esta em operação, assim distribuídos: algumas na zona urbana e outras na rural em pontos estratégicos, para atender as necessidades dos alunos que houver em cada ponto da escola. Esta unidade já em funcionamento ainda opera precariamente visto que necessita melhoras em decorrência da

falta de materiais necessários para atender as mais diversas deficiências da clientela que para ali se desloca. Alguns dos materiais passíveis de melhora, por exemplo, papel especial para os educandos com deficiência visual. Prevêem também que nesta sala contará com profissionais de cada área com especificidade no tratamento às mais variadas deficiências.

Quando é concebida uma educação inclusiva de qualidade a prefeitura oferece uma formação continuada aos seus profissionais de acordo com a legislação como o "Programa de Formação de Professores para a Escola Inclusiva - PROEI" e Seminários para a Educação Especial. Vale destacar que este empenho ainda é insuficiente apresenta-se uma variedade de propostas educacionais formativas e peca-se na divulgação. Na verdade todos os professores deveriam estar cientes pelos princípios mencionados nas diretrizes educacionais a destacar a da equidade. A Prefeitura vem se destacando em oferecer cursos de formação continuada de professores como manda a legislação presente principalmente na educação inclusiva. Vale destacar a experiência com interpretes no atendimento da clientela o que vislumbra um novo amanhã no atendimento dos estudantes sem o véu da discriminação e da separabilidade entre eu posso ele não. Quanto às escolas estaduais semelhantemente as escolas do município tem se adequado ao que exige a legislação no que tange a inclusão a passos mais lentos que esta devido ao seu grande contingente.

A prática pedagógica

A prática pedagógica estabelece os fundamentos metodológicos existentes e das exigências de cada série e idade o mesmo deve atingir sem perdas os indivíduos de modo geral fundamentando dados e conhecimentos imprescindíveis para a vida real e, acima de tudo, para desenvolver o cidadão.

Na prática educativa observam-se de forma cuidadosa os alunos dentro e fora do ambiente escolar, é claro que principalmente dentro da sala de aula, mas não da maneira que professores gostariam pelo simples motivo de termos muitas vezes uma quantidade excessiva de estudantes. Principalmente quando profissionais da educação são obrigados a lecionar em diversas unidades escolares assim sendo não é possível conhecê-los em profundidade por mais que tentemos. Este olhar busca e percebe qual a necessidade, os anseios e problemas dos educadores para que possam desenvolver a prática pedagógica mais adequada, condizente, com a realidade deles. Porém além da problemática citada os profissionais de educação

encontram diversos problemas como falta de material que possam dar subsídio importante na prática pedagógica, alunos com distúrbio de valores não respeitando o professor, não desenvolvendo suas atividades, ignoram o professor não dando importância à escola e falta de pessoal de apoio cuja procedência de eventos é posto ao educador como culpado entre outros problemas. Será que o profissional de educação tem de aceitar como responsável na crise dos problemas sociais existentes em nossa sociedade?

Com relação a educação de surdos e suas práticas no município de Feira de Santana, segundo os Professores como já fora citado, as Unidades Escolares (UE's) Estaduais ainda encontram-se em fase precária no seu projeto de inclusão para surdos não há sala de recursos nem material adequado. Enquanto isto as Municipais estão um passo a frente algumas UE já possuem o que as Estaduais não têm e a Prefeitura em seu discurso e ações está investindo neste aspecto, porém em sua grande maioria a prática pedagógica destes professores está em iniciativas individuais tais como a produção de gravuras para atender a uma necessidade visual. Reivindicam:

“Coordenação de a SEC especial vir a escola treinar e adequar a este tipo de deficiência”
HJSO.

“Adequar os espaços da UE e treinar os professores para depois começar a se pensar em inclusão.”AP.

“Existir uma sala de recursos, cursos de Libras para professores e alunos, acompanhamento por profissionais especializados”LC.

Vejam bem que as falas dos profissionais em sua grande maioria destacam a necessidade de aperfeiçoamento profissional neste campo alguns até se posicionando contra a lecionar caso possuísse alunos surdos em sua classe de ouvintes. Outros destacam que tentariam adequar as atividades as dificuldades que o aluno surdo tivesse e fazendo um trabalho conjunto com o interprete em sua prática educativa. Quanto ao Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP) e se está adequado ao projeto de inclusão vários destacaram desconhecimento do mesmo.

Apesar das inúmeras atribuições o propósito desta atividade profissional é de na esperança de um dia a educação de fato seja valorizada que juntos pais, alunos, professores, diretores transformem a educação e nesse processo o Brasil. Como conseguiremos fazer isto? Desenvolvendo atividades onde desperte o sentimento crítico do meu aluno e mostrando que ele é ser ativo e modificador da sociedade a qual pertence.

A avaliação

Em toda a nossa vida e no meio em que vivemos devemos obedecer a regras de uma sociedade ou grupo organizado segundo parâmetros a serem seguidos para que o convívio seja possível. O ato de avaliar não haveria de ser diferente já que nesse convívio social sempre estamos de acordo com o estabelecido. Portanto somos avaliados e avaliamos o tempo todo, no entanto a avaliação que estamos aqui a explorar é a escolar. Todos nós temos nossas potencialidades, que em última análise possa ser notada e registrada pelo educador. Sabemos que avaliação é algo complexo e difícil tanto para o educando quanto para o educador e não devemos usar as avaliações como forma punitiva. Elas devem ser de tal forma que o educando não veja as avaliações como um “bicho de sete cabeças” como um “monstro”, como diz Corazza (2000). Mas sim como uma maneira de autoconhecimento tanto para ele como para o educador. É certo que o processo avaliativo é difícil e não pode ser simplesmente um fim em si mesmo e sim um meio de sempre buscar quando necessário à reorganização de nossas práticas pedagógicas. Assim, consiste em descrever como se dá o processo de avaliação da aprendizagem com vistas em possíveis transformações nas unidades escolares de Feira de Santana-Bahia. A citar o número de escolas segundo o IBGE, senso 2008, no ensino fundamental é de 351, do ensino médio 64 e ensino pré-escolar 241, portanto aqui demonstraremos apenas um estudo de caso de opiniões prestadas por 6 professores da rede estadual e municipal do município com o objetivo e intuito de ter um perfil sobre a educação inclusiva no município.

Esses instrumentos, de avaliação, consistem trabalhos individuais ou não testes e provas e mecanismos que controlam, regulam e disciplinam os alunos. Avaliações estas de ordem formativa do conhecimento adquirido e em processo de construção contemplando os acertos e erros, pois através desta análise poderemos rever e ter um planejamento de acordo com a real necessidade da criança. Durante os intervalos e encontros semanais das atividades complementares existem momentos, não há uma regularidade, os quais se debatem questões relativas ao andamento dos estudantes entre outras questões relativas à avaliação. Se o aluno presta atenção em determinada disciplina, ou em várias, e/ou se o problema é só com um professor, etc.. Apesar de serem feitas “avaliações” (testes, trabalhos, frequência, participação em sala, etc.) durante a unidade é realizada ao final uma global em cada disciplina (Prova Escrita), sendo que cada atividade desenvolvida é atribuída uma nota, ou seja, uma avaliação somática ao término da unidade. Um dos depoimentos coloca que: “Sempre que possível ao

final de cada aula solicita uma avaliação mediadora no sentido da ação-reflexão no que eles acharam de positivo, o que mais gostaram e o que precisa ser melhorado”. Visando uma avaliação mais compreensiva é feito um diagnóstico, mas não tendo o subsídio necessário para trabalhar formalmente esta metodologia as unidades escolares não utilizam apenas um único tipo de processo avaliativo tendendo do tradicional para o formativo.

Infelizmente em muitos casos não podemos ir de encontro ao que esta estabelecida com a avaliação que deveria ser realizada do ponto de vista ideal em um ambiente escolar. O interessante haveria de ser uma avaliação criteriosa e individual que abrangesse a sua totalidade em análise e que o docente tivesse assim uma visão melhor, mais clara, da real condição do seu aluno e a partir daí modificasse sua ação pedagógica em sua prática escolar. Algo importante a ser citado é que algumas Unidades Escolares - UE's, estaduais, empregam caderneta única de notas o que possibilita e torna passível de observações e colocações para melhor conhecer o educando.

Compreendendo que algo que deveria ser transformado no processo avaliativo e como atender alunos das áreas de deficiência visual, auditiva e com dificuldades de aprendizagem em consonância com os princípios da educação inclusiva as UE's ainda não conseguem atender os anseios em relação aos surdos a citar a diversidade de materiais visuais⁷. O atendimento especializado com o auxílio do interprete ajuda, mas não é suficiente. Prevalece ainda dificuldades encontradas na língua mãe, português, dos ouvintes e sendo esta a segunda língua dos surdos que empregam a LS como primeira. Na medida do possível os professores tendem a transformar a falta de material visual como gravuras. No entanto ainda ao final continua-se na mesma modalidade de avaliação para a maioria.

O processo de inclusão dos alunos surdos nas salas de ouvintes estabelece na ação apenas do interprete e a boa vontade do educador e do educando que buscam meios de interlocução no aprendizado durante a ação do cotidiano escolar da LS quando estes atores já não o trazem de cursos anteriores. Na ausência de interprete e de outros meios é evidente o fato da total incapacidade de gerir estes cidadãos numa relação de ensino aprendizagem.

Portanto as UE's apesar de serem escolas que passam por aspectos formativos, que busca uma avaliação compreensiva e de seus professores buscarem outras formas, meios, de avaliar depara com o tradicional, onde os alunos têm que ter notas para passar. O que falta para reverter este quadro são recursos materiais e físicos, financeiro e pessoal, suficientes para

⁷ Como citado no capítulo anterior.

que possamos transformar e usar a avaliação como deve ser resultante de uma série de interpretações.

A educação surda

A educação de surdos no Brasil de hoje tem se apresentado como um grande desafio, pois ficam excluídas todas as referências ao universo da audiologia e das deficiências auditivas e a construção de uma pedagogia desta diferença em sala de aula entre muitas outras se faz necessária. O “atendimento especializado” é bastante precário e o enfrentamento das questões de ordem prática precisa ser desvelado no princípio da boa educação. Poucas escolas no município têm em seu quadro professores com formação bilíngüe e/ou com suporte e que faça a interlocução entre a fala do ouvinte com o não-ouvinte. Além dos elementos já citados as formas estratégicas para se trabalhar adequadamente a língua de sinais, a experiência visual e a cultura surda são importantes para a educação mais adequada e uma efetiva participação do surdo, isto é para que o mesmo não fique como coadjuvante. Além do que práticas convencionais impedem mudanças de ensino na ação pedagógica é necessário trabalhar com a pedagogia das diferenças.

Partindo desta perspectiva as escolas juntamente com a sociedade e seus órgãos representativos devem pensar valorizar e construir modelos pedagógicos que agreguem a realidade que se apresenta. A citar as condições de acesso pessoal à língua de sinais como primeira língua (L1) deste valorizando sua identidade e condição social dando significância ao se mundo, ao seu trabalho, a sua cultura surda, ao seu modo de viver nas políticas públicas brasileiras de educação inclusiva. Notemos que tradicionalmente estabelecemos a igualdade, que todos são iguais, em nosso discurso diário tanto por parte de educadores quando de educandos no sentido de não dar privilégios sendo o atendimento unilateral sem distinção aos nossos estudantes. O que vai de encontro à multiplicidade de culturas e crenças existentes. Na educação escolar com a pedagogia das diferenças valorizam-se as necessidades educacionais de cada um. O exemplo dos alunos com surdez aprenderem nas turmas comuns de ensino regular tendo o Atendimento Educacional Especializado – AEE – como apoio na inclusão escolar na eliminação das barreiras lingüísticas no emprego do bilingüismo no qual a Libras e a Língua Portuguesa

sejam usualmente empregadas por todos e não somente por interpretes. Neste sentido a sua identidade é observada e percebida pela sua construção por meio da diferença nas relações obtidas com o outro.

O Bilingüismo defende a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua (L1), inclusive como disciplina, e da Língua portuguesa como segunda língua (L2) no uso diário. Destaca-se o fato de na interlocução, L1 e L2, não destoar da dimensão estrutural das regras de comunicação surda e da técnica para que a comunicação se faça clara. Respeitando a sua cultura, sua identidade surda, no sentido de que são as pessoas “normais” que apenas não ouvem e não estão à margem da sociedade. Perfaz a sua identificação enquanto marca de notar coisas que geralmente os ouvintes não notariam excluindo assim o discurso discriminatório de não existência de uma cultura surda. A valorização do eu não importando as diferenças o discurso do povo surdo e do povo não surdo não deve ser em hipótese nenhuma classificatória e excludente. A identidade surda nos discursos políticos e das práticas pedagógicas inclusiva deve ser explicitada historicamente, quero dizer com isto que se o não o fizer estaremos fadados a um retrocesso onde a exemplo do mundo animal é deixado para trás o “deficiente” para sobrevivência da manada.

Ao questionamento: Caso leciona-se em turmas com estudantes surdos, qual seria a sua prática pedagógica? O professor Daniel responde: “Vai depender do grau de surdez desse estudante. Claro que se estamos buscando uma prática pedagógica inclusiva, onde esse aluno não seja visto como coitadinho, devemos valorizar as atividades em grupo, atividades de colagem e, sobretudo a comunicação na linguagem de sinais na sala”. Já a professora MDSF declara: “Continuaria com a mesma utilizada para os outros alunos, afinal se é para haver inclusão não pode haver diferenciação”.

Uma escola como valorização das diferenças busca suprimir ações excludentes onde o educador tem a função de mediador adotando uma postura crítica sobre a relação de poder onde para o surdo a noção de diferença estabelece características individuais na tradição do poder cultural predominante e da sua subjetividade ultrapassando assim o conceito de diversidade estabelecido como similar na política educacional vigente. Os sujeitos surdos devem ser vistos por suas características individuais e suas potencialidades o responsável por esta educação deve ter uma formação bilíngüe para que haja uma mudança estrutural as necessidades atuais assim sendo o ensino atual só têm a ganhar. A pedagogia das diferenças estabelece na caracterização da clientela para um planejamento adequado as necessidades educacionais da turma e individualizada.

Sobre a inclusão Daniel declara: “Uma necessidade que não deve ter o seu fim justificado ou imposto por uma lei, mas como uma forma de manifestação de um povo solidário e democrático onde perante a sociedade somos todos especiais”. Na opinião de MDSF a inclusão: “É um processo que deve acontecer em todos os setores, ninguém pode ser excluído, todos possuem direitos iguais”.

O diálogo esta é chave para que nos tempos atuais este grande desafio que mencionamos no princípio de nossa explanação seja vencido. Através da oficialização da linguagem bilíngüe, não uma oficialização nos moldes tradicionais da imposição legal, mas da aceitação e trabalho em conjunto das comunidades surdas com as ouvintes, e conseqüente comunicação entre a população surda e ouvinte sem é claro de mencionar o fato das demais diferenças na educação inclusiva. O vínculo entre à educação bilíngüe e a pedagogia das diferenças estabelecerá a participação de todos respeitando a sua identidade nas relações com outrem. Essa articulação esta no emprego dos artefatos culturais como a língua a forma de expressão e suas crenças na socialização conjunta com os instrumentos – Libras, sala de recursos, novas tecnologias, etc – adequadas para este fim (Freire, 1987).

Motivação

Historicamente, os professores nos horários dos intervalos, dividem as queixa sobre os alunos. Porém o que se pode observar hoje em dia é a agonia de muitos professores a respeito da inclusão, dos alunos seja ele cadeirante, visual, surdo, ou deficiente mental. Antes os professores, segundo Jesus Alonso Tapia dizia: “Os alunos não tem interesse em aprender o que queremos ensinar” (1999, p.7). Mas nos dias de hoje o professor não está se sentindo preparado para essa fase da educação onde diversos entraves coexistem como fora mencionado em prática pedagógica acrescido do fato da inserção de classes diferenciadas, no sentido de propostas metodológicas, com a inclusão e projetos diverso tais como: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Ciclo, Turmas Regulares, etc.; no ensino fundamental e médio.

Muito foi feito de forma acelerada na formação do educador, sem a devida cautela, para que pudesse atender essa nova realidade essa “nova fase da educação escolar”. Até mesmo em escolas que dizem ser centro de atendimento, apesar de estarem buscando a cada dia melhorar, como a adaptação (reforma) dos banheiros para

deficientes, falta muito para atender as “angustias” de muitos profissionais. A prefeitura municipal de Feira de Santana através da Secretaria de Educação da cidade tem ofertado cursos preparatórios a Libras o que tem servido como apoio já que nem todo professor e pessoa surda sabem LS. É certo que falta material, pois sabemos que num ambiente de uma sala de aula voltada para a inclusão teria de ter pelo menos figuras, principalmente para os alunos com surdez.

A motivação se dará no percurso da ação ensino aprendizagem mediadora, perguntas e respostas, do aprendizado da LS e outros mecanismos citados no capítulo sobre tecnologias empregadas na educação de surdos. Quando a famosa metáfora da mãe dando um remédio ruim ao seu filho e diz que é para o seu próprio bem, que r dizer que ao aprendermos e aprimorarmos as técnicas e métodos da educação surda que estabelecem uma relação de apreço ou até quem sabe de compreensão atendendo assim a diversidade encontrada em nossa sala de aula.

5. A POLÍTICA PÚBLICA E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SUAS TENTATIVAS PARA UM NOVO COMEÇO.

Política educacional

A política educacional nacional segrega remotamente e historicamente o deficiente. Era visto como um doente alvo de caridade com dificuldades de relacionamento com as pessoas comuns. Hoje se entende inclusão como a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade. Assim a integração e adequação as políticas educacionais como a Educação de Jovens & Adultos - EJA - a igualdade, desigualdade e o trabalho segundo o parecer n.º. 11/2000 - CEB/CNE demonstra as reivindicações impostas pelos movimentos sociais internacionais e nacionais para não dizer mundial. Dentro dessa política é de se observar que segundo Inep/Mec o PIB brasileiro aplicado na educação total caiu de 4,7 em 2000 para 4,5 em 2008 uma queda de 0,2 pontos percentuais apenas, diriam alguns que só mas deve-se lembrar que o montante envolvido cresceu nos últimos anos. Respectivamente já que estamos tratando também da política local esse percentual de investimento público segundo este mesmo órgão estabelece nacionalmente falando em relação ao PIB uma divisão em 2000 a 2005 por dependência administrativa de: a nível Federal de 0,9 para 0,8; Estadual de 2,0 para 1,8 e Municipal 1,8 para 1,9. Assim deve-se ter em mente não só essas diferenças quantitativas, mas as qualitativas no que tange a aplicação dos recursos.

O município de Feira de Santana não destoa desta perspectiva nacional, porém como já fora citado para implantação de suas ações e/ou políticas públicas o documento intitulado: Diretrizes Nacionais para a educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial - MEC; SEESP, 2001. 79 p. Adotadas no município de Feira de Santana-BA constitui assim um relato do "PARECER CNE/CEB N.º. 17/200 V\ Na área da educação. No município subsistem projetos voltados para a educação especial do Governo do Estado da Bahia e da Prefeitura Municipal de Feira de Santana.

As Diretrizes Nacionais para a educação Especial na Educação Básica trata de portadores de deficiência detectáveis nas mais diversas áreas educacionais políticas e sociais, porém um raciocínio deste tipo vislumbra o que é diagnosticado e não na pesquisa diária em atender o ser humano como ele é. Pg.7. Os documentos na criação dessas diretrizes consistiram em inclusão de itens e/ou disciplinas na educação básica falam-se também na

LDB, Formação de professores para educação inclusiva, recomendações ao sistema de ensino e Referenciais para a educação especial.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) no artigo 58, 59 e 60 prevê a normalização desses serviços. Aos referenciais para a Educação Especial coube a divisão em dois grandes temas a organização dos sistemas de ensino e a formação de professores sob a competência da Câmara de Educação Superior.

A citar mais alguns documentos referendados: Decreto Federal nº. 2208/97; Constituição. Federal (Titulo VIU da Ordem Social); Lei nº. 10172/01, Plano Nacional Educação (que menciona as ações preventivas) cabe aqui lembrar a diferença entre deficiente de nascença e causada por acidente; Lei nº. 853/89 trata do apoio. Lei nº. 8.069/90 da ECA, Lei nº9. 394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 58 §1º onde se observou a frase "quando necessário" o que deixa margem a interpretação dos órgãos locais no parágrafo §3 menciona o dever do Estado oferecer Educação Especial; no artigo 59 em seu inciso íii o professor com especialização adequada para atender a esta clientela, porém como podemos dar apoio se na sua formação muitos profissionais não tem a habilitação adequada no exercício da sua disciplina; decreto nº. 3298/99 regulamenta a Lei nº. 7.853/89 da política Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência e normas de proteção entre outras.

Dentre as já citadas temos a Lei nº. 10098/00 que promove a acessibilidade; a Declaração Mundial de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca que tem como pontos chave: Acesso a escolas comuns; garantia de matrícula; pais devem ser consultados às necessidades, circunstâncias e aspirações sobre a melhor forma de educação de acordo com seus filhos; necessidade específica; tentativas para mudar atitudes de discriminação; criação de comunidades que atendam; garantia de uma educação eficaz; evitar classes especiais a menos em casos específicos com o objetivo de incluir e não fragmentar; capacitação de professores especializados em método geral antes de específico para cada deficiência; acolhimento pelas escolas de todas as crianças; pedagogia centrada na criança e atenção especial aos portadores de necessidades especiais grave. É importante destacar aqui uma preocupação implícita em duas vias a de que não temos uma demanda de profissionais que atendam a todas às necessidades especiais e a de que no que tange a recursos financeiros é mais barato um método que atenda a todos.

Os princípios observados são: A preservação da dignidade humana, a busca da identidade e o exercício da cidadania. Observa-se daí a inclusão por força da lei

principalmente quando se encontra resistências a essa inclusão. A inclusão será construída na área educacional, isto é a escola consciente de sua função coloca-se a disposição como espaço inclusivo professores aptos para trabalhar com classes de inclusão. É claro que só em mencionar este fato fica caracterizado por um clima pejorativo e discriminatório em vista do fato das leis existirem como fora mencionado e, no entanto ainda não termos mão de obra qualificada. Sendo assim no que diz respeito ao âmbito pedagógico todos podem estar sujeitos a algum momento de suas vidas a um atendimento especial.

Lançado em abril de 2007 temos o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), estabelece metas até 2021 para o financiamento da educação. O governo oferece recursos e assistência técnica, mas exige que prefeituras e governos estaduais sigam 28 diretrizes, uma espécie de roteiro do sucesso escolar que deve estar de acordo com os documentos mencionados anteriormente. Uma delas é a aplicação da Provinha Brasil, teste que vai avaliar a alfabetização de alunos da 2ª série do ensino fundamental (3.º ano, onde o fundamental já dura nove anos). Ao contrário do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), formado por 1,5 propostas que dependiam de aprovação do Congresso Nacional, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é composto, em sua maioria, por portarias, que não necessitam da aprovação de deputados e senadores. Apenas os projetos de lei dependem do aval do Congresso. Respeitando o fato de que em geral a maioria da população brasileira desconhece a legislação vigente.

Sobre a educação surda temos:

“A Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 no seu artigo 1º é reconhecido o estatuto da Língua Brasileira de Sinais – Libras como língua oficial da comunidade surda, com implicações para a divulgação e ensino, para o acesso bilíngüe a informações em ambientes educacionais e para a capacitação dos profissionais que trabalham com os surdos.

O Decreto Nº: 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei de nº 10.436 de 24 de abril de 2002 dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e o art. 18 da Lei de nº 10.098/2000, no seu art. 3º, § 1º e § 2º, capítulo II nos orienta sobre a “Inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, em todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento e optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional.” <http://www.cbsurdos.org.br/fiquesabendo.htm>

“Segundo FENEIS (Federação Nacional dos Surdos), o surdo –mudo é a mais antiga e incorreta denominação atribuída ao surdo, e infelizmente ainda utilizada em certas áreas e

divulgada nos meios de comunicação. Para eles o fato de uma pessoa ser surda não significa que ela seja muda. A mudez é outra deficiência. Para a comunidade surda, o deficiente auditivo é aquele que não participa de Associações e não sabe Libras, a Língua de sinais. O surdo é o alfabetizado e tem a Libras (Língua Brasileira de Sinais), como sua língua materna.

O surdo é o indivíduo em que a audição não é funcional para todos os sons e ruídos ambientais da vida; que apresenta altos graus de perda auditiva prejudicando a aquisição da linguagem e impedindo a compreensão da fala através do ouvido, com ou sem aparelhos necessitando de próteses auditivas altamente potentes. Temos também o hipoacusia auditiva termo usado para designar a perda parcial de audição, sendo mais frequente nos idosos. Fonte: <http://www.webartigos.com/articles/3639/1/Historico-Da-Educacao-Dos-Surdos/pagina1.html#ixzz0rd7XfluZ>.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, DE 2004: “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - em todas as etapas e modalidades da educação básica”.

A realidade educacional local esta dentro dos princípios analisados anteriormente dentro do esperado por erros e acertos contínuos. Porém o que se tem observado sob a ótica dos fatos é que na mudança de uma administração para outra seja ela de ordem do gestor que administra a prefeitura, escola ou grupos sociais tem a mania de retirar o que esta dando certo por causa de alguns pontos de desacordo. Refletir sobre essas questões é algo complexo e só se colocando no lugar do outro enquanto ser socialmente sensível às questões sociais e da política emergente na rede publica da educação inclusiva poderemos vislumbrar e ter consciência da realidade política educacional no Brasil.

A Construção do Projeto Político Pedagógico para uma educação inclusiva

O projeto político pedagógico (PPP) de uma escola é o instrumento -teórico-metodológico que estabelece o relacionamento da escola com a comunidade, mostrando de uma forma aberta o que irá se fazer, porque, para que e para quem. É nele que determinamos um ponto de partida para a política educacional abrangendo a população do município ou região envolvida, através de conceitos diversos como dos princípios, objetivos, métodos de ação e das práticas educacionais no contexto desta proposta com embasamento nas mudanças

necessárias da organização, na LDB, na socialização comunitária das necessidades especiais para uma possível interação e inclusão dos indivíduos com necessidades especiais.

A sistemática para a criação se refere a quem somos nós, qual a nossa concepção de mundo, de identidade, política, de coletividade, de pedagogia, de estado e os seus princípios, é um instrumento democrático legal que deve atender as diferenças na sua simplicidade e complexidade dentro de uma visão universal e relacional da clientela. Seus objetivos devem estar expressos de forma clara garantindo a participação de todos que fazem à educação na luminosidade das mentes que a integram.

Instrumento de emancipação de práticas anteriores e calarem as vozes da insatisfação ilegítima do maquiavelismo presente. A base de sustentação para a inclusão dos segmentos colocados à margem da sociedade. Todo projeto supõe rupturas com o presente para ações futuras, já que o mesmo é voltado para o ser social produzido no convívio com suas crenças e é um processo para ser feito ao longo da vida não é estático é dinâmico. Entende-se neste sentido o gestor como representante das políticas públicas que convertem e administram propostas advindas dos mais diversos segmentos internos e externos ao Brasil. Neste sentido nota-se uma tendência ao projeto neoliberal.

As deficiências do sistema educacional são provenientes de má gestão e desperdício de recursos ineficiência dos profissionais, métodos inadequados e currículos ultrapassados. A aquisição do conhecimento deve ser viável a todos os sujeitos sociais. Neste ínterim geralmente existe conflito entre projetos conservadores centralizador com o processo descentralizador no Neoliberalismo.

A dignidade humana deve ser colocada em primeiro plano e as ações para isto devem ser eficazes. Necessidades especiais requerem uma educação especial, cada pessoa apresenta características específicas, porém sabemos que as relações são complexas na valorização ou não do indivíduo socialmente colocado o seu ser instigante de emoções e crenças abrangentes e numa cultura histórica e antropológica do ponto de vista do direito constituído. Professores, pais, alunos, funcionários a comunidade escolar de modo geral devem observar nas pessoas: dificuldade de pronuncia; preguiça ou desânimo; inquietude; se atende aos chamados; entre outros. Tendo como principio primordial que o indivíduo com necessidades especiais ou não terá na conduta do estudante uma amplitude tal de sua humanidade que poderá determinar formas de prevenção, em muitos casos, dentro de uma perspectiva psicopedagógico. Assim um PPP inclusivo deve estabelecer prioridades e ações adequadas. Respeitando a sua integridade pessoal dando a decisão mais acertada para cada um ou grupo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Apesar de uma importante evolução da educação especial a história da deficiência auditiva, lembrando que para o surdo “deficiente” é aquele que não sabe LS, nos mostra que até hoje ainda há muito que fazer. A integração desses alunos no sistema educacional tem assustado mutuamente educandos e educadores pela falta de preparo.

Uma experiência que comprova este medo mostra que um interprete havia trazido no notebook uma aula em LS, dentro do tema tratado, no entanto o que se viu foi a pouca importância que os surdos deram. Talvez pelo fato de não tivesse sido a professora da disciplina que estava dando o assunto.

Realmente a escola tem de ser mais bem preparada para estas situações respeitando a premissa básica da igualdade para todos, no entanto tendo clareza das diferenças e necessidades de cada um. Para que de fato ocorra a inclusão de surdos não bastam apenas aceitar essas pessoas como aluno, posicionando pura e simplesmente nas turmas regulares sem uma adequação para atender esta demanda em vista de uma portaria ou lei. Fazendo deste modo sobremaneira estaremos perpetuando nossos estudantes para uma real situação de incapacites.

O poder público elabora as leis, mas não estrutura devidamente as UE's, “jogam” esses alunos nas escolas e toda a sociedade não apenas a figura do professor tem de mudar a realidade se informando e capacitando para a realidade que se apresenta. Talvez um dos caminhos a serem tomados seja a adoção na educação básica, e em todos os outros níveis, de disciplinas como LS para tal fim já estabelecido em lei para esta finalidade, no entanto existe ainda um longo trajeto entre a lei e a prática cotidiana.

Leis e segregação de interesses a história sempre esteve repleta. A mudança generalizada vai depender da união entre o pensamento das políticas públicas e das crenças da sociedade, entre o racional e o emocional, a formalidade com a informalidade. Depende de cada um de nós para por em prática a teoria da inclusão e os discursos arraigados em nosso interior para o melhor da humanidade dos incluídos e excluídos do processo de educação de surdos para caminharem para a melhora. A qualidade do ensino estará então garantida na vontade de superar as dificuldades e reconhecer no outro e em nós as “deficiências” de cada um para que o diálogo seja mútuo e não somente de um dos lados. Na situação hipotética de nos encontrarmos em um país estrangeiro onde mutuamente não há referências de linguagem

e apenas a comunicação gestual, que poderá não ter padrões comuns também, como fonte de “comunicação”.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Fátima. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio** – 4. Ed./ Fátima Alves.- RJ: Walk Editora, 2009. Cap. 7.

ANTUNES, Celso. **Manual de técnicas de dinâmica em grupo de sensibilização, de Ludopedagogia**. 15ª Edição. Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

Apostilas do Seminário: **Escola que sonhamos**. Carga horária 10hs, realizado em 02/2009, na escola Padre Antônio Vieira em Feira de Santana – Bahia.

BAPTISTA, Claudio Roberto (org); CAIADO, Katia Regina Moreno(org) e JESUS; Denise Meyrelles de... et AL. **Educação especial: diálogo e pluralidade**./ Porto Alegre: Editora Mediação, 2008. Cap 23.

CASARIN, Melania de Melo; ... et al. **Curso de Especialização em Educação Especial: déficit cognitivo e educação de surdos: módulo II**. – Santa Maria:UFSM, CE, Curso de Especialização à Distância em Educação Especial, 2009.

Coletânea: **Atendimento Educacional Especializado**. EESP/SEED/MEC. Brasília/DF-2007.

CORAZZA, Sandra Mara. Diferença pura de um pós-curriculo. In:LOPES, Alice Cassimiro e MACEDO, Elisabeth (Orgs.) **Currículo:debates contemporâneos**, São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente. A teoria das Inteligências Múltiplas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas a teoria na Prática**. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem**. 6ª edição. Editora Ática. 1997.

HERNANDEZ, Fernandez; ... et al. **Aprendendo com as inovações nas escolas**. Tradução Ernani Rosa – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

HERNANDEZ, Fernandez. **Transgressão e mudança na educação**: Os projetos de trabalho. Tradução de Jussara Haubert Rodrigues. – Porto Alegre: Artmed, 1998.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira (org.) ... et al. **Curso de Especialização em Educação Especial**: déficit cognitivo e educação de surdos: módulo III. – Santa Maria:UFSM, CE, Centro de Educação, Curso de Especialização à Distância em Educação Especial, 2009.

MORAES, Maria Cândida. **O Paradigma Educacional Emergente**. 5ª edição. – Campinas, SP: Papyrus, 2000.

NICOLETTI, Maria da Graça. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo; EPU, 1986.

PERRENOUD, Philip. **Pedagogia diferenciada: das intenções à ação**. Tradução Patricia Chittoni Ramos. – Porto Alegre: artes médicas Sul, 2000.

PERRENOUD, Philip. **A pedagogia na Escola das Diferenças**: Fragmentos de uma sociologia do fracasso. 2ª Edição. Tradução Cláudia Schilling. – Porto Alegre: Artimed Editora, 2001.

QUELUZ, Gracinda (orient.); ALONSO, Myrtes (Org.). **O trabalho docente: Teoria & Prática**. São Paulo: Pioneira, 1999.

ROS, Silvia Zanata. **Pedagogia e Mediação em Reuven Feuerstein**: O processo de mudança em adultos com história de deficiência. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

SILUK, Ana Claudia Pavão ... et al. **Curso de Especialização em Educação Especial**: déficit cognitivo e educação de surdos: módulo I. – Santa Maria:UFSM, CE, Curso de Especialização à Distância em Educação Especial, 2008.

VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro do. **Temas Multidisciplinares de Neuropsicologia & Aprendizagem**. Sociedade Brasileira de Neuropsicologia – SBNp. Ed. Científica Robe Editorial, 2004.

WEISS, Maria Lúcia Lemme. **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. Rio de Janeiro. DP&A, 2001. 8ª Edição.

LEIS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**: Lei nº 9394 / 96. Ana Paula L. L. Rosa e Valmir Ascheroff de Sirqueira, organizadores. – Rio de Janeiro: Ed. Esplanada, 1998.

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Vademecum universitário de direito**. – 2ª edi. Ver. atual. E ampl. – São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 1999.

Sites:

A história do Surdo: A Pessoa Diferente e a Humanidade Pré-Cristã.
(www.portaladventista.org/missaoglobal/download)

<http://www.webartigos.com/articles/3639/1/Historico-Da-Educacao-Dos-Surdos/pagina1.html#ixzz0rd7XfluZ>.

www.portaladventista.org/missaoglobal/download